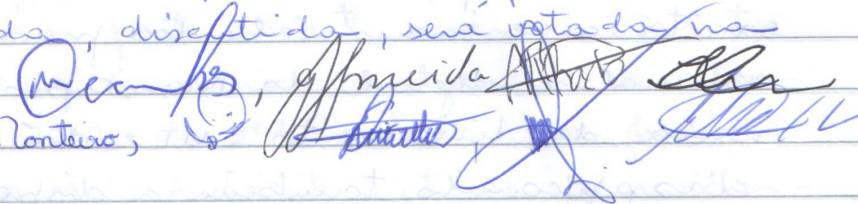


É agradecendo novamente a presença de todos, encerra a Sessão, da qual lavrei a presente Ata, que após ser lida, discutida, será votada na forma da lei. 
Danilo de Almeida Monteiro,

Ata n.º 09/2017

Sessão Ordinária

nos vinte dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezesete, nesta cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, situada à Praça da Bandeira, n.º 253, no Plenário da Câmara Municipal, Vereador José Genário da Silva Filho, precisamente às dezoito horas, horário regimental, presidida pelo Vereador Ailton Conceição de Almeida e com a presença dos Vereadores: Admarcio Rodrigues do Prado, Manoel Gonçalo de Campos, Edésio Ferreira Pompilho, Gilson Cesar de Almeida, Danilo de Almeida Monteiro, Paulo Roberto de Figueiredo, Wallace Cleidivan Botelho Leite e Eli Oliveira de Queluz. Na sequência o senhor presidente invocando a sabedoria Divina declarou aberta a Sessão e convidou o primeiro secretário a fazer leitura da Ata anterior, ficando a mesma aprovada por unanimidade de votos. Expedientes - Ofício n.º 155/2017, do Poder Executivo Municipal, encaminhando Mensagem e Projeto de Lei n.º 016/2017, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências, ficando à disposição das Comissões competentes. Ofício n.º 156/2017, do Poder Executivo Municipal, encaminhando Mensagem e

Projeto de lei nº 057/2017, que substitui a lei nº 787/2015, dispendo sobre o serviço de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT e das outras providências, ficando também a disposição das Comissões competentes. Ofício nº 160/2017, do Poder Executivo Municipal, encaminhando Mensagem e Projeto de lei nº 014/2017, que dispõe sobre a abertura do órgão 13 - Secretaria de cultura e Turismo e a unidade 003 - gestão de cultura e Turismo, na LOA - lei Municipal 808/2006. Na sequência o senhor presidente disse, considerando a Mensagem do Poder Executivo e o regime de urgência especial, suspendeu a Sessão por quinze minutos para que as Comissões interessadas, analise e emita seu Parecer. Reaberta a Sessão com a leitura do Parecer nº 022/2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável a aprovação do Projeto de lei nº 014/2017 acima mencionado. Colocado em discussão e votação, ficou aprovado por unanimidade de votos. Continuando com os Expedientes. Ofício nº 019/2017, do presidente da "ASPCLIU - TURFE" Associação de Produtores e criadores de linamentos, comunicando a realização de um evento em nosso Hipódromo Municipal, Francisco Correa de Almeida, nos dias 24 e 25 de junho, das 15 as 17:30 horas. Ofício nº 025/2017, Também do presidente do Hipódromo Municipal, solicitando do Poder Legislativo uma audiência pública com os órgãos competente do Município Polícia Militar, Indea, Prefeito, Vice, Secretário de Agricultura e Finanças, para tratarmos de

assuntos divergente em nosso estabelecimento de esporte equestre, ficando à disposição das Comissões competentes para posteriormente marcar a data para realização da respectiva Audiência solicitada. Ofício nº 145/2017, da 15ª Promotoria de Justiça Civil de Defesa do Meio Ambiente Natural, convidando para participar da Audiência Pública que será realizada no dia 29 de junho do corrente ano, às 09:00 horas, no auditório do prédio sede das promotorias de justiça da Capital, com o objetivo de discutir os riscos e impactos ambientais da atividade de piscicultura, bem como o licenciamento, a fiscalização e o controle ambientais. Convite do Sindicato Rural do Município convidando para a reunião de planejamento anual de trabalho do SENAR/MT - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso, agendada para o dia 22 de junho do corrente, às 08:30 horas, no Sindicato Rural do Município. Convocação da AGEM/MT - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, convocando os Conselheiros titulares e suplentes para tomarem posse no Conselho Deliberativo, no dia 27 de junho do corrente, às 14:00 horas. Indicação nº 048/2017, do Vereador Paulo Figueiredo, colocada em discussão e votação, ficou aprovada por unanimidade de votos. Ordem do Dia - Parecer nº 059/2017, das Comissões de Justiça e Redação e Economia e Finanças, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 055/2017, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orcamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências. Colocado em discussão e votação, ficou aprovado

por unanimidade de votos. Parecer nº 020/2017, das Comissões de Justiça e Redação e Economia e Finanças, em conjunto e favorável a aprovação do Projeto de Lei nº 015/2017, do Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a concessões de prêmios, mediante sorteio, para despertar a consciência fiscal e incentivar a pontualidade do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana e sobre a Taxa de Coleta de lixo. Colocado em discussão e votação ficou aprovado por unanimidade de votos. Parecer nº 021/2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável a aprovação do Projeto de Lei nº 04/2017, do Poder Legislativo Municipal, que altera a Lei Municipal nº 536/2006 e dá outras providências. Colocado em discussão e votação, ficou aprovado por unanimidade de votos. Palavra livre, usou da mesma o Vereador Manoel Campos, hoje aprovamos três projetos, que vem de encontro com as necessidades, do Município e Municípios, temos o dever de fiscalizar a execução desses projetos, de indicar, trazer as necessidades das comunidades rurais para o Poder Público Municipal. Na Sessão passada foi feito o comite para uma reunião junto a Caixa Econômica Federal, onde participamos, eu, Vereador Manoel e o presidente, Vereador Antton Amada representando todos os Vereadores, no sentido de cobrarmos o término do residencial Gregório Pires de Miranda, antes era falta de recursos, o então prefeito Nezinho juntamente com a Câmara Municipal, conseguiram Emenda Parlamentar no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) para a conclusão do residen-

cial, onde a Caixa rejeitou, dizendo que não poderia ser com recursos oriundos de Emendas Parlamentar. Estivemos com o superintendente, fomos até energicos e ele nos colocou que a saída seria cancelar o contrato com a Empresa, fazer uma nova chamada pública e daqui a um ano ou mais recomeçar a obra. Ficou marcada para o próximo dia 28, uma nova rodada de reuniões para tratar ou melhor, tentar resolver o problema, nós Vereadores precisamos abraçar essa causa.